

CIDADANIA DIGITAL VERSUS PROIBIÇÃO: O PARADOXAL PAPEL DO CELULAR COMO VETOR DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

DIGITAL CITIZENSHIP VERSUS PROHIBITION: THE PARADOXICAL ROLE OF THE CELL PHONE AS A VECTOR OF TECHNOLOGICAL EXCLUSION AND INCLUSION IN THE CONTEMPORARY SCHOOL

CIUDADANÍA DIGITAL VERSUS PROHIBICIÓN: EL PAPEL PARADÓJICO DEL TELÉFONO MÓVIL COMO VECTOR DE EXCLUSIÓN E INCLUSIÓN TECNOLÓGICA EN LA ESCUELA CONTEMPORÁNEA

, Betania Lopes Campos de Oliveira¹, Lidiane Lopes Campos de Jesus²

¹Betania Lopes Campos de Oliveira. Mestra em Ciências da Educação Cristã, pela Christian College of Educaler. E-mail: tanianildo.2014@outlook.com

²Lidiane Lopes Campos de Jesus. Mestra e Doutoranda em Ciências da Educação Cristã, pela Christian College of Educaler. E-mail: llopecampos@yahoo.com.br

Resumo

O levantamento dessa pesquisa tem como tema, cidadania digital versus proibição: o paradoxal papel do celular como vetor de exclusão e inclusão tecnológica na escola contemporânea e traz como objetivo, defender a necessidade de regulamentar e, não banir radicalmente, o uso de celulares nas escolas, transformando-os em aliados pedagógicos por meio de regras claras e intencionalidade educativa. O Método de pesquisa é bibliográfica, desconsiderando materiais que não tratam do uso do celular como ferramenta pedagógica, ou a aproxime do contexto educacional. Os resultados abordam as divergências de opiniões diante da restrição e proibição do uso do celular no espaço escolar e ainda traz aspectos positivos e negativos da sua utilização.

Palavras-chave: Distração. Cibercidadania. Pedagogia. Regulamentação. Inclusão.

Abstract

This research, themed Digital Citizenship versus Prohibition: The Paradoxical Role of Cell Phones as Vectors of Technological Exclusion and Inclusion in Contemporary Schools, aims to defend the need to regulate, rather than radically ban, the use of cell phones in schools, transforming them into pedagogical allies through clear rules and educational intent. The research method is bibliographic, disregarding materials that do not address the use of cell phones as a pedagogical tool or connect it to the educational context. The results address the divergences of opinion regarding the restriction and prohibition of cell phone use in the school environment and also present positive and negative aspects of its use.

Keywords: Distraction. Cybercitizenship. Pedagogy. Regulation. Inclusion.

Resumen

Esta investigación, titulada «Ciudadanía digital versus prohibición: El papel paradójico de los teléfonos móviles como vectores de exclusión e inclusión tecnológica en las escuelas contemporáneas, busca defender la necesidad de regular, en lugar de prohibir radicalmente, el uso de teléfonos móviles en las escuelas, transformándolos en aliados pedagógicos mediante normas claras y una intención educativa. La metodología de investigación es bibliográfica, descartando materiales que no abordan el uso de teléfonos móviles como herramienta pedagógica ni lo vinculan al contexto educativo. Los resultados analizan las divergencias de opinión respecto a la restricción y prohibición del uso de teléfonos móviles en el entorno escolar y presentan aspectos positivos y negativos de su uso.

Palabras clave: Distracción. Ciberciudadanía. Pedagogía. Regulación. Inclusión.

1. INTRODUÇÃO

O Presente artigo tem como tema: cidadania digital versus proibição: o paradoxal papel do celular como vetor de exclusão e inclusão tecnológica na escola contemporânea e traz como objetivo: Defender a necessidade de regulamentar e, não banir radicalmente, o uso de celulares nas escolas, transformando-os em aliados pedagógicos por meio de regras claras e intencionalidade educativa. Esse trabalho justifica-se pela polémica criada a partir da Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, a qual divide opiniões nos ambientes de conhecimento formal. Afinal, a proibição de smartphones nas escolas é positivo ou negativo?

A presença do celular no ambiente escolar tem provocado debates cada vez mais frequentes na sociedade e até mesmo no ambiente familiar, onde os pais não tem controle com seus filhos dentro de casa, e assim, na escola os professores ficam sem forças, sem controle de executar, colocar em prática essa restrição imposta pela lei. Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre os limites, os desafios e as possibilidades do uso consciente dessa tecnologia no processo de ensino-aprendizagem. O método de estudo é bibliográfico e de argumentação dialética, causando um confronto nas ideias do pesquisador com a relação aos dados levantados.

O aumento do progresso das tecnologias digitais transformou intensamente as relações sociais, os relacionamentos, as vivências, a criação dos filhos, a comunicação e, em consequência, os processos educativos. Conforme adverte Bauman (2011, p. 61), no cenário da modernidade líquida, "os laços humanos são progressivamente substituídos pelas conexões virtuais", o que gera impactos diretos na socialização primária realizada pelas famílias e, posteriormente, nos modelos pedagógicos de atenção. Os celulares antes vistos apenas como uma ferramenta de comunicação, tornou-se um dispositivo com muitas funções que une câmera, calculadora, biblioteca virtual, agenda, gravador e acesso instantâneo à internet e muitas outras coisas no qual veio deixar a grande maioria dependente. Dentro do espaço escolar, entretanto, seu uso tem gerado

debates intensos e grandes preocupações e, ao mesmo tempo um interesse na melhoria do aprendizado como uma ferramenta útil, porém, com muito cuidado e objetivos traçados.

A questão que se coloca é: proibir ou regulamentar o uso do celular dentro da escola? A proibição do uso de celulares nas escolas tem sido defendida por muitos educadores como estratégia para garantir disciplina e concentração. Por outro lado, há quem argumente que tal medida ignora a realidade digital vivenciada pelos estudantes e pode representar um retrocesso na formação crítica para o uso das tecnologias.

Neste artigo de opinião, defende-se que, a simples proibição do celular na escola não resolve os problemas relacionados à distração e indisciplina. Pelo contrário, acredito que a instituição escolar precisa assumir seu papel formativo também no campo digital, construindo regras claras e pedagógicas para o uso consciente desses dispositivos em que, nesse tempo de uso o indivíduo não se distraia para outras janelas, tirando o assunto estudado no momento, para coisas de interesses externos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação digital e o seu contexto

A sociedade de hoje é marcada pela presença intensa das tecnologias digitais, que transformam profundamente as formas de comunicação, interação social, produção de conhecimento e aprendizagem. Vivemos em um cenário no qual a informação circula de maneira rápida e acessível, por meio de diferentes dispositivos e plataformas digitais. Nesse contexto, compreender a relação entre educação e tecnologia torna-se essencial para refletir sobre os desafios e as possibilidades do processo educativo na atualidade, no qual a necessidade é muito grande que, o professor envolvido também tenha preparação para estar nesse meio, pois, a mentalidades dos nossos jovens esta muito mais rápida e acelerando assim os pensamentos e resoluções para aqueles assuntos que não são exatamente o do momento em sala de aula, necessitando que o mediador, esteja atento e atualizado aos programas que tenham acesso e tragam eles a vida estudantil mesmo que informatizada.

Segundo Pierre Lévy (1999), vivemos na era da cibercultura, caracterizada pela circulação do conhecimento em redes digitais e pela construção de uma inteligência coletiva. Para o autor, a internet possibilita a criação de novos espaços de produção e compartilhamento de saberes, ampliando as formas de aprendizagem e de interação entre os indivíduos. Nesse sentido, a escola precisa reconhecer que o conhecimento já não está restrito apenas ao espaço físico da sala de aula ou aos livros didáticos, mas, também se encontra disponível em múltiplos ambientes virtuais.

Perante esse cenário, a educação precisa seguir as transformações sociais e tecnológicas que permeiam o cotidiano dos estudantes. Os alunos chegam à escola cada vez mais conectados, inseridos em redes sociais, plataformas digitais, jogos online, aplicativos de mensagens e diferentes ambientes virtuais de aprendizagem. Esses recursos fazem parte do dia a dia, da realidade das novas gerações, influenciando suas formas de pensar, interagir e aprender, atualmente.

Nesse contexto, o celular assume um papel de visibilidade única. Para muitos estudantes, ele representa não apenas um meio de comunicação, mas também uma extensão de sua identidade social e cultural. Por meio do smartphone, os jovens acessam informações, produzem conteúdos, estabelecem relações sociais, participam de comunidades virtuais e constroem formas próprias de expressão. Assim, desconhecer essa realidade pode significar ampliar ainda mais a distância entre a escola e o universo vivido pelos estudantes.

Dessa forma, é de grande importância destacar que a presença da tecnologia no ambiente escolar também traz desafios significativos. O uso descontrolado dos dispositivos móveis pode gerar distrações que interferem diretamente na atenção e na concentração dos alunos durante as atividades pedagógicas. Notificações constantes, jogos eletrônicos, redes sociais e vídeos curtos competem com o tempo e o foco necessário para o desenvolvimento do processo de aprendizagem tirando toda a atenção voltada ao professor presencial.

Variados estudos marcam que o excesso de estímulos digitais pode dificultar a manutenção da atenção por longos períodos, especialmente em atividades que exigem leitura, reflexão e pensamento crítico. Nesse sentido, o uso inadequado da tecnologia pode gerar negativamente no rendimento escolar, prejudicando a assimilação de conteúdos e a participação ativa dos estudantes nas aulas como se apenas o corpo estivesse ali em sala, seus pensamentos e participação ativa está presente em outro lugar, o espaço virtual, ou seja, interagem com o que estão tendo acesso naquele momento com o celular.

Perante essa realidade, surge um importante debate no campo educacional: como equilibrar o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar? A questão não está apenas em permitir ou proibir o uso dos celulares nas escolas, mas, em compreender de que forma esses recursos podem ser utilizados de maneira pedagógica, responsável e consciente.

O ensino, a educação, a instrução digital, surge portanto, como uma estratégia fundamental para orientar os estudantes quanto ao uso crítico e ético das tecnologias. (...)em meio ao grande volume de dados disponíveis na internet. Essa necessidade reforça a premissa de Paulo Freire (1996), de que a educação deve conscientizar o indivíduo, preparando-o para transformar ativamente a sua realidade, agora também digital. Mais do que simplesmente utilizar ferramentas digitais em sala de aula, é necessário desenvolver nos alunos

competências relacionadas ao pensamento crítico, à responsabilidade no uso das informações e à capacidade de selecionar conteúdos relevantes em meio ao grande volume de dados disponíveis na internet.

Além disso, a escola precisa assumir um papel formativo na construção da cidadania digital. Isso envolve discutir temas como segurança na internet, combate à desinformação, respeito nas redes sociais, proteção de dados pessoais e uso equilibrado da tecnologia no cotidiano. Dessa forma, o ambiente escolar contribui para que os estudantes se tornem usuários conscientes e responsáveis das ferramentas digitais, mesmo que seja algo difícil de ensinar, mas, necessário para todos nos dias de hoje..

Outro aspecto muito importante refere-se à formação dos professores. Para que a educação digital seja efetiva, é necessário que os educadores estejam preparados para agregar as tecnologias às práticas pedagógicas de forma significativa. (...)em meio ao grande volume de dados disponíveis na internet. Isso ocorre porque, como defende Freire (1996, p. 47), ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção, o que justifica a urgência de uma instrução digital voltada para a autonomia. A formação continuada torna-se, portanto, essencial para que os docentes desenvolvam habilidades relacionadas ao uso pedagógico das ferramentas digitais, explorando recursos como plataformas educacionais, aplicativos de aprendizagem, vídeos educativos e ambientes virtuais de colaboração, atividades com jogos educativos onde todos participem inclusive o professor.

Dessa forma, a tecnologia pode deixar de ser vista apenas como um elemento de distração e passar a ser compreendida como uma aliada no processo de ensino e aprendizagem. Quando utilizada de forma planejada e intencional, ela pode ampliar as possibilidades pedagógicas, estimular a participação dos estudantes e favorecer metodologias mais dinâmicas e interativas.

Portanto, o desafio da educação contemporânea não consiste em negar ou excluir as tecnologias do ambiente escolar, mas, em aprender a integrá-las de maneira equilibrada e educativa. A escola precisa dialogar com a realidade digital dos estudantes, promovendo um uso consciente, crítico e responsável das ferramentas tecnológicas.

Assim, ao invés de representar um obstáculo para a aprendizagem, a tecnologia pode tornar-se um importante instrumento para a construção do conhecimento, contribuindo para uma educação mais conectada com as demandas e transformações da sociedade atual.

2.2 Contextos a Benefício da Proibição

Na contestação sobre o uso de celulares nas escolas, muitos educadores, gestores e pesquisadores defendem a adoção de medidas mais restritivas em relação à presença desses dispositivos no ambiente escolar.

Para esses defensores, a proibição total ou parcial do celular durante o período das aulas pode contribuir para a organização do ambiente pedagógico e para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. O relatório global da UNESCO valida essa preocupação ao apontar os impactos diretos dos aparelhos na concentração:

A mera proximidade de um aparelho celular pode distrair os estudantes e provocar um impacto negativo na aprendizagem, mas apenas menos de um quarto dos países proíbem o uso de celulares nas escolas. Os dados de avaliações internacionais em larga escala sugerem uma ligação negativa entre o uso excessivo de TIC e o desempenho dos estudantes. (UNESCO, 2023, p. 20).

Entre os principais argumentos apresentados por esse grupo, destaca-se inicialmente a questão do controle disciplinar. A presença constante do celular em sala de aula pode gerar conflitos relacionados ao uso inadequado do aparelho, como envio de mensagens durante a explicação do professor, gravações não autorizadas, acesso a jogos ou redes sociais e desatenção às atividades propostas. Nesse sentido, a proibição do uso do celular surge como uma estratégia que simplifica a gestão escolar, reduzindo situações de indisciplina e facilitando o trabalho dos professores no gerenciamento da sala de aula.

Outro argumento frequentemente apresentado refere-se à melhoria da interação social presencial entre os estudantes. A escola é tradicionalmente um espaço de convivência, diálogo, construção de amizades e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Entretanto, quando os alunos permanecem grande parte do tempo conectada aos seus celulares, pode ocorrer uma redução significativa das interações entre eles.

Em razão da facilidade de acesso às redes sociais e aplicativos, a hiperconectividade passa a ditar novos padrões de comportamento. Estudos indicam que, em muitos casos, os jovens preferem as interações virtuais às presenciais, o que pode levar ao isolamento social e à dificuldade de estabelecer relações interpessoais significativas, comprometendo as habilidades de interação social dos estudantes no ambiente físico. (SILVA, 2019, p. 14).

Ao limitar ou proibir o uso desses dispositivos durante o período escolar, acredita-se que os estudantes possam se envolver mais em conversas presenciais, atividades coletivas e momentos de convivência que fortalecem as relações interpessoais, se aproximam mais, brincam mais, conversa, e notável as mudanças de expressões e sentimentos.

Além disso, muitos defensores da proibição destacam a necessidade de prevenção do cyberbullying e da exposição imprópria de imagens. O celular facilita o registro e a divulgação instantânea de fotos, vídeos e áudios, o que pode resultar em situações constrangedoras ou mesmo em práticas virtual de violência entre estudantes. Casos de gravações de professores sem autorização, divulgação de imagens de colegas em situações constrangedoras ou compartilhamento de conteúdos ofensivos nas redes sociais têm sido cada vez mais expostos no contexto escolar. Dessa forma, proibir o uso do celular dentro da escola pode contribuir para reduzir essas práticas e proteger a integridade emocional dos envolvidos.

Outro ponto importante no debate refere-se à diminuição das distrações durante as aulas. Os dispositivos móveis oferecem múltiplos estímulos simultâneos, como notificações de mensagens, vídeos

curtos, jogos eletrônicos e atualizações constantes nas redes sociais. Esses estímulos competem diretamente com a atenção necessária para acompanhar explicações, realizar leituras e participar das atividades pedagógicas. Diversos professores relatam dificuldades em manter o foco dos estudantes quando os celulares permanecem acessíveis durante as aulas, o que pode comprometer o rendimento escolar e o aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

Dessa forma, para muitos educadores, a restrição do uso desses aparelhos torna-se uma tentativa de preservar o ambiente de aprendizagem, garantindo que os alunos estejam mais concentrados nas atividades escolares. A escola, nesse sentido, busca criar um espaço mais organizado, com menos interrupções e maior foco no processo educativo.

Em muitos contextos escolares, a proposta de proibição surge como uma resposta imediata a situações de indisciplina e conflitos cotidianos relacionados ao uso dos dispositivos móveis. Problemas com alunos que utilizam o celular durante provas, que acessam conteúdos inadequados ou que ignoram as orientações dos professores acabam levando gestores e equipes pedagógicas a adotarem medidas mais rígidas como forma de restaurar a ordem no ambiente escolar e isso desestabiliza toda a sala. Diante disso, constata-se que "os conflitos gerados pelo uso indevido do celular desgastam a relação pedagógica e transferem o foco da aula para o controle da disciplina" (SANTOS, 2021, p. 89).

No entanto, apesar de os argumentos em defesa da proibição apresentarem fundamentos relevantes, é necessário refletir de forma crítica sobre essa medida. A proibição total pode representar uma solução rápida para determinados problemas, mas, não necessariamente resolve as questões estruturais relacionadas ao uso da tecnologia pelos estudantes. Em muitos casos, a restrição pode apenas transferir o problema para outros espaços ou momentos fora da escola.

Diante disso, surge um importante questionamento no campo educacional: a proibição do celular representa uma solução estrutural ou apenas uma medida paliativa diante dos desafios da educação na era digital? Essa reflexão torna-se essencial para que as políticas escolares relacionadas ao uso da tecnologia sejam construídas de maneira equilibrada, considerando tanto os benefícios quanto os limites desses recursos no processo educativo.

Assim, discutir os contextos que favorecem a proibição do celular nas escolas não significa negar a importância da tecnologia na sociedade contemporânea, mas, compreender que a construção de um ambiente educacional saudável exige regras claras, diálogo e reflexão sobre as melhores formas de integrar ou regular o uso desses dispositivos no cotidiano escolar.

2.3 A Escola e o seu papel formativo

A escola desempenha um papel fundamental na formação incondicional dos estudantes. Mais do que transmitir conteúdos curriculares previstos nas disciplinas escolares, ela se configura como um espaço de construção de valores, desenvolvimento de competências sociais e formação para o exercício da cidadania. Nesse sentido, o ambiente escolar precisa preparar os alunos para compreender e atuar de forma responsável no mundo em que vivem o que inclui também a realidade digital que permeia a sociedade contemporânea.

A escola e o sistema educativo são os lugares onde se deve aprender a processar a informação, a desenvolver a capacidade crítica e a dar sentido à tecnologia. Na sociedade em rede, a educação deixa de ser focada na acumulação de dados e passa a centralizar-se na capacidade de transformar informação em conhecimento útil e ético, garantindo que o cidadão atue de forma autônoma e consciente perante as novas realidades sociais e digitais. (CASTELLS, 2013, p. 114).

Nos dias atuais, as tecnologias digitais estão profundamente presentes no cotidiano das pessoas, influenciando formas de comunicação, acesso à informação e construção do conhecimento. Crianças e jovens crescem em um contexto marcado pela conectividade constante, no qual os dispositivos móveis, especialmente os smartphones, tornam-se ferramentas de interação social, entretenimento e aprendizagem. Diante dessa realidade, torna-se cada vez mais evidente que a escola não pode ignorar ou se distanciar desse fenômeno.

Assim, se o celular faz parte da vida dos estudantes, cabe à instituição escolar assumir também a responsabilidade de orientá-los quanto ao uso consciente e responsável dessas tecnologias. A escola precisa contribuir para que os alunos compreendam não apenas como utilizar as ferramentas digitais, mas também como fazê-lo de forma ética, segura e crítica. Como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina, o objetivo é garantir que os jovens consigam "comunicar-se, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria" (BRASIL, 2018, p. 9) no mundo virtual. Essa perspectiva amplia o papel formativo da educação, que passa a incluir a construção da chamada cidadania digital.

A cidadania digital envolve o desenvolvimento de habilidades e atitudes que permitem aos indivíduos utilizar a internet e as tecnologias de maneira responsável, respeitando princípios éticos, direitos individuais e normas de convivência social. Nesse contexto, a escola tem a oportunidade de orientar os estudantes sobre temas relevantes, como segurança na internet, respeito nas interações virtuais, combate à desinformação e responsabilidade na produção e compartilhamento de conteúdos digitais.

O educador e pesquisador José Manuel Moran (2018), destaca que as tecnologias digitais podem desempenhar um papel significativo no processo educativo quando utilizadas com intencionalidade pedagógica. Para o autor, as ferramentas tecnológicas não são, por si só, responsáveis pelos problemas

observados no ambiente escolar. O verdadeiro desafio encontra-se na forma como essas ferramentas são integradas às práticas pedagógicas.

De acordo com Moran, (2018), quando utilizadas de maneira planejada e contextualizada, as tecnologias podem ampliar as possibilidades de aprendizagem, tornando as aulas mais interativas, participativas e conectadas com a realidade dos estudantes. Recursos como vídeos educativos, plataformas digitais, aplicativos de aprendizagem e pesquisas online podem estimular a curiosidade, a autonomia e o pensamento crítico dos alunos.

Entretanto, quando não há planejamento pedagógico para a utilização desses recursos, o celular pode acabar sendo percebido apenas como um elemento de distração. Nesse sentido, a ausência de estratégias educativas para integrar a tecnologia ao processo de ensino contribui para reforçar a ideia de que a proibição seria a solução mais adequada. No entanto, essa visão pode limitar as oportunidades de desenvolver nos estudantes competências importantes para o mundo digital.

Impedir totalmente o uso do celular em sala de aula pode parecer, em um primeiro momento, uma alternativa mais simples para evitar distrações e conflitos. No entanto, educar para o uso consciente da tecnologia é um desafio que exige diálogo, orientação e acompanhamento constante por parte da escola e dos professores. Ao invés de simplesmente proibir, é necessário criar estratégias pedagógicas que ajudem os estudantes a compreender os limites e as responsabilidades envolvidas no uso desses dispositivos.

A formação para a cidadania digital, requer a construção de habilidades críticas que permitam aos alunos navegar com segurança no ambiente virtual. Isso, inclui aprender a avaliar a confiabilidade das informações encontradas na internet, identificar conteúdos falsos ou manipulados e compreender a importância de verificar fontes antes de compartilhar notícias ou opiniões. O desenvolvimento desse ecossistema de checagem e criticidade nas escolas é urgente para mitigar os riscos da desinformação na rede:

O letramento digital e midiático deve capacitar os estudantes não apenas para o manuseio técnico de dispositivos, mas para a análise reflexiva dos fluxos informacionais. Compreender os mecanismos de produção de notícias, discernir fatos de conteúdos manipulados e adotar uma postura ética de verificação de fontes constituem competências essenciais para a preservação do debate público saudável e para o exercício pleno da cidadania na internet. (CGI.br, 2021, p. 74).

Além disso, é fundamental que os estudantes sejam orientados quanto aos aspectos éticos das interações digitais. O respeito às diferenças, a empatia nas relações virtuais e a responsabilidade na publicação de conteúdos são valores que precisam ser trabalhados no contexto escolar. Muitas situações de conflitos nas redes sociais, poderiam ser evitadas se houvesse maior conscientização sobre os impactos das ações realizadas no ambiente digital.

Outro ponto relevante refere-se à compreensão das consequências que determinadas atitudes podem gerar no espaço virtual. Publicações impulsivas, comentários ofensivos ou compartilhamento de imagens sem

autorização podem causar danos emocionais significativos às pessoas envolvidas. Por isso, a escola precisa incentivar reflexões que ajudem os alunos a desenvolver maior responsabilidade sobre aquilo que produzem e divulgam nas redes.

Nesse contexto, o papel do professor torna-se ainda mais significativo. O educador atua como mediador do conhecimento e também como orientador no desenvolvimento de competências digitais. Cabe a ele estimular o uso consciente das tecnologias, promovendo atividades que integrem recursos digitais de forma significativa ao processo de aprendizagem. Afinal, como aponta Moran (2018, p. 28), "o papel do professor hoje é mais o de curador, de orientador, de mentor, de corresponsável" pelo percurso formativo dos estudantes. Dessa forma, a prática docente deixa de ser centralizada na transmissão de conteúdos e passa a focar na facilitação de experiências de aprendizagem mediadas pela tecnologia.

Portanto, ao reconhecer o impacto das tecnologias na vida dos estudantes, a escola fortalece sua função formativa e amplia as possibilidades educativas. Ao invés de tratar o celular apenas como um problema a ser eliminado, a instituição pode transformá-lo em um recurso pedagógico que contribua para o desenvolvimento de habilidades importantes para o século XXI.

Dessa forma, educar para o uso responsável da tecnologia torna-se uma tarefa essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar de maneira ética e responsável tanto no mundo físico, quanto no ambiente digital.

2.4 O Uso do Celular como Ferramenta Pedagógica.

Quando bem norteado, o celular pode tornar-se aliado do professor. Ele possibilita: Ampliação do acesso à informação, Participação em quizzes e avaliações interativas, pesquisas rápidas e acesso a diferentes fontes, produção de vídeos, podcasts e fotografias para projetos, uso de aplicativos educativos;

De acordo com Kenski (2012, p. 102), "as tecnologias não substituem o professor, mas ampliam suas possibilidades metodológicas". Nesse sentido, o celular pode ser incorporado como recurso didático, especialmente em contextos onde há escassez de laboratórios de informática.

É de grande importância ressaltar que a utilização do celular pedagogicamente, exige planejamento, trazer a ideia do aprendizado para o qual esta se aplicando. Não se trata de liberar indiscriminadamente, mas, de estabelecer momentos e objetivos claros para o uso.

Outro ponto relevante é a desigualdade social. Nem todos os estudantes possuem aparelhos com acesso à internet ou com as mesmas funcionalidades. A liberação do uso pode evidenciar diferenças socioeconômicas, gerando exclusão ou constrangimento. Assim, qualquer política relacionada ao uso de celulares deve

considerar a realidade da comunidade escolar. A escola pública, especialmente em regiões mais vulneráveis, enfrenta desafios estruturais que precisam ser levados em considerações.

Proibir pode parecer uma solução mais equitativa, mas também, pode limitar oportunidades de acesso à informação para aqueles que dependem exclusivamente do celular como ferramenta digital.

É preciso distinguir disciplina de autoritarismo. Regras são fundamentais para o funcionamento da escola, mas devem ser construídas de forma participativa e com sentido pedagógico.

Uma política de uso consciente pode incluir, horários específicos para utilização, proibição durante explicações e avaliações, uso autorizado para atividades pedagógicas, penalidades educativas em caso de descumprimento.

Diante disso, a escola mantém a organização sem abrir mão da formação crítica. Em muitos e distintos países têm seguido medidas de restrição ao uso de celulares em escolas, trazendo ideia de uma melhora no desempenho acadêmico e na convivência escolar. Para tanto, as evidências demonstram que a integração planejada das tecnologias gera impactos positivos, contanto que haja uma perspectiva pedagógica voltada, essencialmente, para o processo de aprendizagem.

Não há solução exclusiva. Cada vivência escolar exige, análise cuidadosa, conversa com professores, alunos e famílias, e avaliação constante das práticas adotadas. Não se pode discutir o uso de celulares na escola sem abordar a formação dos professores. Muitos educadores não receberam preparo específico para integrar tecnologias digitais ao currículo. É muito importante investir em formação continuada para que o professor se sinta mais seguro e capacitado para valer-se do celular como ferramenta pedagógica, evitando que ele seja percebido apenas como ameaça à disciplina. Assim sendo, ressalta-se que a cultura digital precisa conversar com a escola do século XXI, sem perder sua função estruturante e formativa.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, baseado na análise de produções teóricas preexistentes sobre a temática. O levantamento de dados priorizou artigos científicos, teses e dissertações que discutem o uso do celular no contexto educacional, focando especificamente em sua aplicação como ferramenta pedagógica.

Como critério de inclusão, foram selecionados materiais que abordam as divergências de opiniões sobre a restrição e a proibição do dispositivo no espaço escolar, além de estudos que analisam os aspectos positivos e negativos dessa utilização. Foram excluídos sumariamente os trabalhos que tratam do uso do celular de forma genérica, sem aproximação com o cenário educativo, ou que não discutem o aparelho sob a

ótica da mediação pedagógica. A análise desse corpus documental buscou compreender o papel paradoxal do celular como vetor simultâneo de inclusão e exclusão tecnológica na escola contemporânea.

A pesquisa foi realizada entre os meses de março à maio de 2026 e teve como palavras-chave: distração, cidadania, pedagogia, regulamentação e Inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica selecionada revela que o debate sobre o uso de telefones celulares no ambiente escolar está inserido em um cenário paradoxal, oscilando entre o potencial de inclusão digital e o risco de exclusão pedagógica. Os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica evidenciam que a reação imediata de sistemas de ensino diante dos desafios de dispersão em sala de aula tem sido a proibição radical. No entanto, os resultados discutidos na literatura apontam que o banimento total desconsidera o papel da escola como promotora da cidadania digital.

As divergências de opiniões identificadas nos estudos concentram-se nos impactos dualísticos do aparelho, conforme sintetizado abaixo:

- Aspectos Negativos: Distração crônica, dispersão do foco pedagógico, dependência digital, cyberbullying e o aprofundamento de desigualdades para alunos sem letramento digital prévio.
- Aspectos Positivos: Ampliação do acesso à informação em tempo real, dinamização das aulas, fomento à autonomia do estudante e a transformação do aparelho em um laboratório de bolso.

A partir desse mapeamento, a discussão teórica converge para o fato de que os problemas atribuídos ao celular decorrem, majoritariamente, da falta de direcionamento e não da tecnologia em si. Conforme destaca Kenski (2012), as tecnologias digitais não vêm para substituir a figura docente, mas para expandir as suas possibilidades metodológicas. Sob essa ótica, os resultados desta pesquisa demonstram que a proibição pura e simples anula a oportunidade de o professor atuar como mediador desse processo, privando os estudantes de aprenderem a utilizar a tecnologia de forma crítica e ética.

Dessa forma, os dados analisados defendem que o caminho para mitigar os impactos negativos e potencializar as virtudes do celular reside na regulamentação, e não na exclusão do dispositivo. As experiências reportadas na literatura mostram que a conexão planejada das tecnologias gera resultados positivos, desde que se adote um olhar diferenciado focado na aprendizagem. Portanto, a introdução de regras claras e de uma intencionalidade educativa transforma o celular de um vetor de distração em um autêntico aliado pedagógico, consolidando a escola contemporânea como o espaço ideal para o desenvolvimento da cidadania digital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica permitiu compreender que o debate sobre o uso do celular no ambiente escolar supera a lógica simplista da proibição versus liberação irrestrita. Evidenciou-se que o aparelho celular atua como uma faca de dois gumes na escola contemporânea: ao mesmo tempo em que pode atuar como vetor de distração e exclusão, carrega um potencial intrínseco de inclusão digital e inovação metodológica.

Os resultados demonstram que a proibição radical e unilateral desconsidera a realidade de uma sociedade hiperconectada e abdica do papel da escola na formação para a cidadania digital. Por outro lado, o uso sem critérios claros anula os benefícios pedagógicos do dispositivo. Portanto, conclui-se que o caminho mais eficaz e urgente é a regulamentação mediada.

Para que o celular se transforme de um elemento disruptivo em um aliado pedagógico, é indispensável a criação de políticas educacionais e regimentos escolares que estabeleçam intencionalidade educativa e regras claras de convivência. Somente por meio do equilíbrio entre o controle necessário e a exploração didática será possível mitigar os aspectos negativos da tecnologia e potencializar seus impactos positivos, garantindo uma formação escolar contextualizada, inclusiva e democrática para o século XXI.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2020**. São Paulo: CGI.br, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas: convergência digital, tecnologias móveis e redesenho de espaços**. São Paulo: Paulinas, 2018.

SANTOS, R. M. **Mediação de conflitos e indisciplina escolar na era digital**. São Paulo: Cortez, 2021.

SILVA, M. A. **A geração smartphone: os impactos do uso excessivo de telas na socialização de adolescentes**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2019.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2023: a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?**. Paris: UNESCO, 2023.